

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE
DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DA
CAPITAL/SP**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do 4º Promotor de Justiça de Direitos Humanos - Área da Saúde Pública, ao final assinado, com fundamento nos artigos 1º, inciso III, 3º, 5º, “caput” e § 2º, 6º, 127, “caput”, 129, incisos II e III, artigos 196, 197 e 198, e artigo 37, “caput”, da Constituição Federal, artigos 217 e 219 da Constituição do Estado de São Paulo; artigos 1º, “caput” e 103, incisos I, VII, “a” e VIII, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo); na Lei 8.080, de 1990, artigos 1º, inciso IV, 5º, “caput”, 12 e 21, da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), artigos 2º, “caput”, 4º, 5º e 6º da Lei nº 8.080/90 e artigo 2º, “caput”, e o seu parágrafo 1º, da Lei Complementar Estadual nº 791/95, vem ajuizar a presente

ACÃO CIVIL PÚBLICA

em face de:

- **RICARDO DE AQUINO SALLES**, (qualificação sigilosa)

- **JARKSON VILAR DA SILVA**, também conhecido por Jackson Vilar da Silva, (qualificação sigilosa)

- **MARCELO FERNANDES BELLA**, (qualificação sigilosa)

- **TOMÉ ABDUCH**, (qualificação sigilosa)

- **ESTEVAM HERNANDES FILHO**, (qualificação sigilosa)

- **RENATA VAZ QUESADA VILAR DA SILVA**, (qualificação sigilosa)

- **MAX GUILHERME MACHADO DE MOURA**, (qualificação sigilosa)

- **MOSART ARAGÃO PEREIRA**, (qualificação sigilosa)

- **WALDIR LUIZ FERRAZ**, (qualificação sigilosa)
CARLOS ALBERTO MACIEL ROMAGNOLI,
(qualificação sigilosa)

- **LUIZ FERNANDO VALENTE DE SOUZA
MARCONDES**, (qualificação sigilosa)

- **ADRIANA MANGABEIRA WANDERLEY**,
(qualificação sigilosa)

- **LUCAS MOURA DE OLIVEIRA**, (qualificação
sigilosa)

I – DOS FATOS

a) Síntese do objeto do ICP nº 545/21:

1. A Promotoria de Justiça da área da saúde pública da Capital, do Ministério Público de São Paulo, instaurou o inquérito civil nº 545/21, que instrui a presente ação civil pública, com o objeto a apurar eventuais ilegalidades sanitárias ocorridas no evento denominado “motociata”, realizado no dia 12 de junho de

2021, durante plena pandemia de COVID-19, no município de São Paulo.

Durante os meses de maio e junho de 2021, através de diversos meios de comunicação, inclusive redes sociais, anunciou-se a realização de uma “motociata”, também denominada “Acelera para Cristo”, com a presença do Sr. Presidente da República. Os organizadores e apoiadores do evento estimavam, à época, a participação de cem mil motocicletas no evento.

Consistia a referida “motociata” na reunião e aglomeração de apoiadores políticos do Sr. Presidente da República, todos com motos, que percorreriam 120 quilômetros, parte deles pelas ruas e avenidas deste município e parte pelas Rodovias Castelo Branco e dos Bandeirantes.

Um dos principais organizadores, ora requerido, JARKSON VILAR, já alertava “*que os organizadores não têm como forçar Bolsonaro a usar proteção facial*”, conforme matéria da Folha de São Paulo, edição de 11 de junho de 2021, inserida no ICP em lume.

E, de fato, já se sabia que, nas anteriores “motociatas”, como no Rio de Janeiro, com a participação presidencial, não se respeitava nenhum dos protocolos sanitários vigentes na ocasião,

entre eles a necessidade do uso de máscaras de proteção facial. Sua Excelência, os organizadores e lideranças do evento se jactavam de não usarem a proteção facial na antiga capital da República.

Aliás, como é do conhecimento geral do País, o chefe do Poder Executivo se manifesta, em todas as ocasiões que se lhe apresentam, de forma clara e direta, sem peias, por palavras e atos, contra as orientações emanadas das leis, decretos e orientações expressadas pelo seu próprio Ministério da Saúde, acerca das corretas formas não medicamentosas para o enfrentamento da pandemia, dentre elas, o uso de máscaras faciais. E o faz até a presente data.

E esse desrespeito presidencial, nas “motociatas” ocorridas no País, sempre foi seguido pelas pessoas que o acompanham nos eventos e palanques.

Na “motociata” ocorrida em nossa cidade não foi diferente. **O Presidente, seus ministros, deputados de sua base de apoio, os organizadores e lideranças do ato em tela desrespeitaram completamente as leis e os decretos em vigor no País. E o fizeram sem peias, de forma clara, à luz solar, sob as câmeras e microfones da imprensa brasileira, como péssimo exemplo ao conjunto do povo brasileiro.**

Matéria jornalística do portal UOL, de Fábio Castanho, Nathan Lopes, Wanderlei Preite Sobrinho e Anahi Martinho, do dia 12 de junho, por exemplo, informa que *“Bolsonaro discursou em um carro de som na região do Parque Ibirapuera, na zona sul de São Paulo, no palanque ele e seus apoiadores não utilizavam máscaras. Entre o carro de som e o Monumento às Bandeiras as pessoas estavam aglomeradas e, em sua maioria, também não usavam o equipamento de proteção”*.

Na ocasião, com a aquiescência cúmplice dos presentes ao palanque, reafirmou que pediu ao Ministro da Saúde que desobrigasse o uso de máscaras aos brasileiros que já foram vacinados ou anteriormente infectados com o coronavírus. E asseverou que o Brasil seria um dos países com menor número de mortes se o tratamento precoce fosse efetivado em massa.

Certo que as palavras presidenciais não têm qualquer base médica, científica ou lógica. Todos sabemos, com base em robustos e incontestáveis estudos científicos, que não existe o tratamento precoce eficiente referido por Sua Excelência. Como também já se sabe que vacinados ou aqueles anteriormente infectados podem adoecer, bem como podem ser transmissores da doença.

A insistência presidencial com tais falas está absolutamente isolada no mundo civilizado. Não há País que ainda

discuta o referido tratamento precoce. Ou que debata sobre a eficácia do uso de máscaras faciais como importante medida não farmacológica em momento pandêmico.

Seguindo o amplamente recomendado por autoridades sanitárias no Brasil e no mundo, a pandemia mudou a rotina de todos, exigindo de cada um determinados cuidados, como o uso de máscara em espaços públicos e privados - o que inclusive se tornou obrigação legal. Todavia, os requeridos descumpriram e incentivaram massa de pessoas a violar tais deveres, gerando sério prejuízo à saúde da população paulista.

Como planejado e divulgado, a “motociata” teria seu termo final no Parque do Ibirapuera, ocasião em que o Presidente, ministros, deputados, os organizadores e as lideranças do evento discursariam e se apresentariam em cima de um carro de som ali adrede estacionado para tal finalidade.

No palco final, todos os presentes sem máscaras, sem uma palavra sobre a gravidade da pandemia e a necessidade de cuidados farmacológicos, discursaram. Agiram como se o vírus e a doença fossem uma miragem.

Como bem cunhou o médico Dráuzio Varella, *não são negacionistas, são ativistas empenhados em corpo e alma na disseminação do vírus* (Folha de S. Paulo online, edição de 22 de setembro de 2021).

Os meios de comunicação publicaram reportagens do evento, em que **boa parte dos integrantes da manifestação, inclusive e principalmente os requeridos, aparecem sem máscara e sem manter distanciamento adequado**, como também está demonstrando no relatório do CAEX e nas reportagens encaminhadas pela Polícia Militar e encartadas no procedimento em lume. A título de exemplo, vejam-se as seguintes imagens:



b) Contexto pandêmico vivenciado em território estadual à época da “motociata”:

2. Como é notório, a COVID-19 atingiu com força o território nacional entre fevereiro e março de 2020, dando início a um dos períodos mais difíceis social e economicamente da história recente do país e obrigando a tomada de medidas imperativas pelo Poder Público para a contenção da disseminação do vírus.

Diante da gravidade da situação, de plano, diversos Estados publicaram atos administrativos impondo restrições à circulação de pessoas e a atividades dos mais variados segmentos, visando frear a circulação do vírus na população – medida esta já reconhecida como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal¹.

No Estado de São Paulo, vigorava e ainda vigora o Decreto nº 64.959 de maio de 2020, que estabelece que *“enquanto perdurar a medida de quarentena instituída pelo Decreto 64.881-20 fica determinado o uso de máscaras de proteção facial”*, determinando o uso obrigatório *“nos espaços públicos, incluído os*

¹ STF, ADI 6341 MC, Rel. Marco Aurélio, Rel.p/Acórdão: Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 15/04/2020.

de uso comum da população” em seu inciso I.

Passamos por tempos absolutamente difíceis nos últimos 2 (dois) anos, ouvindo nos noticiários novos óbitos a cada dia e, enquanto parte da população aderiu às recomendações da medicina, outra parcela – em que se incluem os requeridos – as ignorava por completo, corroborando para sério prejuízo à saúde pública de forma coletiva. Entendiam – e aparentemente ainda entendem – que seus próprios interesses e desejos deveriam prevalecer, independentemente da lesão à saúde de terceiros.

No dia 10/06/2021, pouco antes do evento organizado pelos requeridos e com sua participação ostensiva, vivíamos o seguinte quadro pandêmico nacionalmente²:



² Dados obtidos da agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/brasil-registra-172-milhoes-de-casos-de-covid-19-e-482-mil-obitos>. Acesso em: 31/08/2021

Apenas destacando alguns números, o Estado de São Paulo contava com a triste realidade de mais de três milhões de casos e mais de cento e dezesseis mil óbitos, enquanto o Brasil se aproximava cada vez mais dos quinhentos mil óbitos por COVID-19!

Segundo dados do Censo Covid, no dia 12 de junho de 2021, havia a seguinte ocupação de leitos de UTIs por região de saúde do Estado:

Região	Média
Estado de São Paulo	84%
DRS da Grande São Paulo	80,8%
DRS de Araçatuba	91,7%
DRS de Araraquara	92,0%
DRS da Baixada Santista	72,9%
DRS de Barretos	97,4%
DRS de Bauru	92,5%
DRS de Campinas	81,6%
DRS de Franca	90,7%
DRS de Marília	92,1%

DRS de Piracicaba	91,5%
DRS de Presidente Prudente	95,4%
DRS de Registro	76,4%
DRS de Ribeirão Preto	93,1%
DRS de São João da Boa Vista	93,3%
DRS de São José do Rio Preto	90,5%
DRS de Sorocaba	93,7%
DRS de Taubaté	87,1%

Os dados, como se observa, eram alarmantes e retratavam a triste realidade do Estado naquele momento, incompatível com qualquer tipo de ação a favor da disseminação do vírus

Poucos dias antes do evento, o Poder Executivo Estadual divulgou fase de transição em todo o território estadual até o dia 30 de junho de 2021, com restrição de funcionamento das atividades econômicas até 21 horas e permissão somente de 40% de ocupação nos estabelecimentos.

Assim, é evidente que a promoção de aglomeração com a intenção de reunir cem mil pessoas, sem qualquer tipo de cuidado,

nesse contexto, era completamente inadequada para o momento e claramente violadora das respectivas regras administrativas estipulados pelo Estado.

Os requeridos colocaram em risco não somente os demais participantes do evento – predominantemente, presentes sem o uso de máscara -, mas toda a população, ignorando por completo o contexto da época que exigia isolamento e medidas de prevenção e precaução, a fim de conter os números referidos acima.

A “motociata”, da forma como foi promovida, sofreu crítica até mesmo de um Senador que tem defendido o Presidente da República e sua política na pandemia às últimas consequências, como cotidianamente se viu na CPI do Senado Federal recentemente concluída.

Pois até ele, o Senador Girão, afirmou, com relação à “motociata” em São Paulo, que ***“eu acho um equívoco do Presidente da República. Causa aglomeração, sem uso de máscaras... Isso não é prudente, é inoportuno. Houve o descumprimento de regra de quem deveria dar o exemplo”*** (matéria do UOL, do dia 12 de junho de 2021, às 18:48 horas).

O ilustre Senado cearense foi no ponto: Sua Excelência, os ministros, organizadores e lideranças do evento, que deveriam

dar o exemplo, seguindo as recomendações não farmacológicas para proteger a população contra o vírus, deram exemplo contrário. Razão pela qual esta ação civil pública está sendo proposta.

c) Legitimidade passiva dos requeridos e sua participação no evento:

c.1.) Presentes no relatório do Caex, mas não incluídos no polo passivo da demanda por prerrogativa de função:

3. Em análise realizada por técnicos do Ministério Público (Caex), foi constatada a organização e participação atuante de diversas autoridades que não cabem ser incluídas na presente ação.

O Presidente da República, Ministros de Estado e Deputados Federais que estiveram presentes no evento também deveriam, pelas razões expostas acima, responder por tais atos. Todavia, em se tratando de autoridades federais, sua responsabilização é cabível por meio da atuação do Ministério Público Federal.

Ressalta-se que RICARDO DE AQUINO SALLES, já deixou o cargo de Ministro do Meio Ambiente, razão pela qual é um dos requeridos nesta ação.

No tocante aos Deputados Estaduais presentes à “motociata”, foi encaminhado ofício à Procuradoria Geral de Justiça, tendo em vista sua atribuição exclusiva para investigação, nos termos do art. 116 da Lei complementar estadual nº 73/93, por isso, também não compém o polo passivo desta ação.

c.2.) Presentes no relatório do Caex e incluídos no polo passivo da demanda:

4. Já os demais requeridos – sem prerrogativa de função - estão incluídos na presente ação justamente por organizarem e participarem ativamente, inclusive no palco final da “motociata”, como lideranças do evento, que estimulou massa de pessoas a descumprirem com deveres legais, atrelados aos cuidados mínimos exigidos para contenção da pandemia de COVID-19 no Estado de São Paulo.

A comprovação dessa atuação está contida no relatório do Caex, nas imagens encaminhadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e também nas reportagens juntadas, sem contar que se tratam de fatos notórios, tendo em vista a sua grande repercussão na mídia.

Entre os requeridos, havia dois níveis de atuação: i)

organizadores do evento e agentes públicos³, e ii) lideranças participantes devidamente identificadas pelo Caex, cuja atuação se passa a detalhar a seguir:

c.2.1) Organizadores do evento e Ricardo de Aquino Salles (ex-Ministro do Meio Ambiente):

5. **JARKSON VILAR DA SILVA** aparece no relatório do Caex, discursando ao lado do Presidente da República e de Marcelo Bella, todos sem uso de máscara. Ademais, o requerido, auto-intulado “Embaixador do Comércio”, sempre se apresentou publicamente como organizador do evento e foi o principal responsável por sua divulgação, estimulando diversas pessoas a comparecerem sem qualquer cuidado e ignorando o triste contexto do país e do Estado.

O requerido divulgava banner com sua fotografia ao lado do Presidente, o que já demonstra sua participação mais ativa e como organizador do respectivo evento⁴:



³ Quanto aos agentes públicos, a
⁴ Imagem retirada da reportagem
Bolsonaro que terá até sorteio de
57436823>. Acesso em 01/09/2

Ainda, o requerido promoveu o cadastro dos presentes e também o sorteio de uma motocicleta entre os cadastrados, como ele mesmo declarou em mais de um meio de comunicação⁵. Em redes sociais, dizia que o cadastro era imprescindível para a participação no evento e chegou a fazer transmissão ao vivo no Instagram de helicóptero acerca da aglomeração promovida.

Ainda, declarou à *BBC* que os gastos foram cobertos por ele e outros empresários, entre esses, Marcello Bella, um dos requeridos da presente ação e também organizador da passeata, como adiante se explicitará.

Jarkson esteve presente na “motociata” a todo momento sem uso de máscara e, mesmo sendo organizador, em nenhum momento estimulou os presentes a utilizá-la. Sequer agiu para que

⁵ *'Acelera para Cristo': o empresário por trás da 'motociata' com Bolsonaro que terá até sorteio de moto*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57436823>>. Acesso em 01/09/2021

quem estivesse próximo ao carro de som o fizesse.

Mesmo quando outras pessoas discursavam, o requerido continuava sem máscara sem qualquer motivo aparente, e, por consequência, estimulando terceiros a fazerem o mesmo, afinal se colocava como organizador do evento:



Jarkson Vilar aparece discursando ao lado de Marcelo Bella, ambos sem máscara

Não há uma única foto do referido requerido, das várias inseridas nestes autos, em que se apresenta com máscaras. Acabou multado pela Vigilância Sanitária justamente por não utilizar máscara.

Ainda, diante do fato de ser um dos principais organizadores do evento, foi notificado para prestar esclarecimentos na sede do Ministério Público no dia 30 de agosto de 2021, às 10 horas, mas deixou de comparecer na data agendada, preferindo permanecer em silêncio no curso da investigação.

6. **MARCELO FERNANDES BELLA** foi um dos empresários que financiou o evento – como afirmado publicamente pelo requerido Jarkson Vilar -, bem como esteve presente no carro de som, a todo momento, sem uso de máscara, mesmo sem discursar:



Marcelo Fernandes Bella à direita da imagem, ao lado de Estevam Hernandes Filho

Seu nome também aparece como signatário em Certificado de Participação do evento encaminhado aos cadastrados, disponível ainda no site da ABENUTRI, associação da qual é Presidente⁶, onde ainda é disponibilizado poster da “motociata”:



⁶ Disponível em
01/09/2021

No certificado em lume constam como signatários Jarkson Vilar, Marcelo Bella e Tomé Abduch.



7. **TOMÉ ABDUCH** também é organizador do evento e porta-voz do “Movimento nas Ruas”, que atuou na divulgação e atração de público para a motociata. Ademais, aparece no carro de som discursando e constantemente junto com outros requeridos sem utilização de máscara.



Tomé Abduch discursa e à direta encontra-se Ricardo de Aquino Salles, ambos sem máscara

8. RICARDO DE AQUINO SALLES compareceu ao evento na qualidade de Ministro do Meio Ambiente e permaneceu sem máscara do início ao fim, em verdadeiro mau exemplo incompatível com a posição que ocupava enquanto Ministro de Estado.

A participação do indigitado Ricardo Salles se reveste de ainda maior gravidade, posto que o fez na qualidade de Ministro de Estado do Meio Ambiente do Brasil. Só por só, sua qualificação à época dos fatos, como ministro, imprime especial relevância na sua participação, num péssimo exemplo para a população brasileira dada por um ministro de Estado que tinha o dever de se comportar conforme as exigência legais e regimentais exigiam:



*Ricardo de Aquino Salles aparece entre o Presidente da República e Jarkson Vilar,
todos sem utilização de máscara*



*Ricardo de Aquino Salles aparece à direita cumprimentando Max
Guilherme, enquanto Jarkson Vilar discursa ao lado de Jair Messias Bolsonaro. Todos
sem utilização de máscara.*

**c.2.2) Demais lideranças da motociata e identificados
pelo Caex:**

**9. ADRIANA MANGABEIRA WANDERLEY,
CARLOS ALBERTOS MACIEL ROMAGNOLI, ESTEVAM
HERNANDES FILHO, LUCAS MOURA DE OLIVEIRA,
LUIZ FERNANDO VALENTE DE SOUZA MARCONDES,
MAX GUILHERME MACHADO DE MOURA, MOSART
ARAGÃO PEREIRA, RENATA VAZ QUESADA VILAR DA**

SILVA e **WALDIR LUIZ FERRAZ** participaram ostensivamente do evento em carro de som, como lideranças da manifestação, em adesão à vontade dos outros requeridos quanto à conduta de não utilizar máscara e promover aglomeração, estimulando por tal prática que os demais participantes também violassem cuidados mínimos para evitar propagação da pandemia de COVID.

Além das fotografias já referidas, em que requeridos aparecem junto aos organizadores e às demais autoridades, no relatório do Caex consta documentação onde aparecem sem a utilização de máscara:



Jarkson Vilar aparece discursando ao lado de Jair Messias Bolsonaro. Ao centro aparece Marcelo Fernandes Bella e Ricardo de Aquino Salles. À direita da imagem, Renata Quesada e Max Guilherme. Todos sem uso de máscara



Lucas Moura de Oliveira ao lado do Presidente da República, enquanto Tomé Abduch discursa, todos sem máscara



Renata Quesada Vilar da Silva e Jarkson Vilar, junto a Deputados Federais, sem utilização de máscara



Da esquerda para direita estão Lucas Moura de Oliveira, Jair Messias Bolsonaro, Estevam Hernandes, Marcelo Fernandes Bella, Mosart Aragão Pereira, Jarkson Vilar, Renata Quesada Vilar. Todos estão sem máscara.



Da esquerda para a direita, estão o Ministro Tarcísio Gomes, Jarkson Vilar, Max Guilherme Machado de Moura e Ricardo de Aquino Salles, todos sem máscara





Participantes e organizadores da motociata. Da esquerda para direita estão Lucas Moura, Presidente da República, Estevam Hernandes Filho, Marcello Bella, Mosart Aragão Pereira e Jarkson Vilar, todos sem máscara

Da esquerda para a direita aparecem Waldir Luiz Ferraz, Ricardo de Aquino Salles, Lucas Moura de Oliveira e Jair Messias Bolsonaro, todos sem máscara.



Da esquerda para a direita estão Carlos Alberto Maciel Romagnoli, Jarkson Vilar e Luiz Fernando Valente de Souza Marcondes



Adriana Mangabeira Wanderley com Jair Messias Bolsonaro, ambos sem máscara

De forma clara, acintosa, numa demonstração inequívoca de que não respeitavam os ditames legais e civilizatórios para o combate à disseminação do vírus por meio de medidas não farmacológica, se apresentaram sem máscaras, em aglomeração, claramente estimulando seus seguidores a seguirem o péssimo exemplo, com bem lembrou o Senador do Ceará.

Todos os requeridos foram oficiados quanto à Portaria de instauração de inquérito civil, abrindo-se oportunidade para os

devidos esclarecimentos, mas somente alguns responderam e se ativeram a alegações genéricas, completamente destoadas daquilo que foi apurado e mesmo do que se constitui como fato notório.

A prática dos requeridos era e ainda é absolutamente inadmissível diante dos efeitos da pandemia que assolou e ainda assola o Estado, configurando-se como grave ato ilícito em desfavor da população paulista, por isso, sendo merecedor de reparação por danos sociais.

II- DO DIREITO

a) Direito fundamental à saúde e dever de todos de protegê-lo e de não violá-lo:

10. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º e 197, reza que a Saúde é direito social fundamental e de relevância pública, isto é, as ações e serviços de saúde revestem-se de essencialidade não compatível com a discricionariedade administrativa/política do Poder Público que comprometa a eficácia de direito social que resguarda bem maior, a vida.

A saúde pública é direito de todos e dever do Estado (art.196, CR/88), tratando-se também de interesse difuso (art.81,

par. único, I, CDC) passível de tutela coletiva pelo Ministério Público (art. 127, *caput*, CR/88 e art. 5º, I, Lei nº 7.347/85).

Mas não se resume a mero dever do Estado. Como direito fundamental deve ser observado nas relações travadas ente particulares, haja vista a eficácia horizontal dos direitos fundamentais e não apenas vertical, conforme já reconhecido expressamente Supremo Tribunal Federal⁷.

É evidente, assim, o dever do Presidente, Ministros, Deputados, organizadores e lideranças de eventos observarem diretrizes sanitárias, especialmente em momento pandêmico, sob pena de colocar em risco a vida e a integridade de todos os seus participantes, não se podendo admitir a promoção de reunião de pessoas que vulnere direitos de terceiros, sob o falso argumento de que a proteção da saúde é responsabilidade exclusiva do Estado.

Esse ditame foi claramente violado no caso em questão, na medida em que os requeridos, seja pela sua conduta aberta de não usar máscara, por declarações e pela sua própria conduta ostensiva, estimularam pessoas a não procederem com os mínimos cuidados para contenção da pandemia (distanciamento e uso de máscaras), apesar de cientes do triste cenário vivenciado no Estado.

⁷STF, RE 201819, Min. Rel. Ellen Gracie, 2ª Turma, j. 11/10/2005, Dje 27/10/2006;

O ato ilícito perpetrado fica ainda mais claro diante das restrições existentes à época por força de lei e de Decretos Estaduais plenamente em vigor.

Nesse sentido, o art. 3^a-A, *caput*, da Lei nº 14.019/20 – sancionada pelo próprio Presidente da República, também presente no evento - expressamente dispõe que “*É obrigatório manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual, conforme a legislação sanitária e na forma de regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo federal, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos*”.

A disposição legal não deixa dúvida do dever imposto a todos para proteção da saúde pública e patentemente descumprido pelos requeridos.

Dever este reforçado pelos termos do Decreto Estadual de São Paulo nº 64.959/20 que, em seu art. 1º, dispõe: “*Enquanto perdurar a medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, fica determinado, em complemento ao disposto no Decreto nº 64.956, de 29 de abril de 2020, o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional: I - nos espaços de*

acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população;”, ficando o infrator da norma sujeito a penas do Código Sanitário do Estado, sem prejuízo de demais sanções.

Fica clara, então, a opção tanto do legislador quanto da Administração Pública em considerar o uso de máscara como obrigatório e essencial à proteção da saúde de toda a população, configurando a sua violação presumida lesão ao valor que a norma busca tutelar: a saúde pública.

No tocante aos Decreto Estaduais nº 64.881/20 e 65.365/21, mesmo com a extensão promovida pelo Decreto nº 65.792 de 11 de junho de 2021 acerca das atividades que poderiam permanecer abertas, mantiveram-se as restrições e a necessidade de observância das demais diretrizes sanitárias.

O Decreto nº 64.881/20 já estipula em seu art. 1º que *“Fica decretada medida de quarentena no Estado de São Paulo, consistente em restrição de atividades de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do coronavírus, nos termos deste decreto”*.

Em seu art. 4º dispõe que *“Fica recomendado que a circulação de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo **se limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e***

exercício de atividades essenciais”.

Evidentemente que a “motociata” era atividade que favorecia a propagação do vírus, bem como não correspondia a qualquer tipo de atividade essencial, contrariando claramente as balizas estabelecidas por essa normativa estadual.

No mais, o Decreto nº 65.365/21, declarava a manutenção do Estado na fase vermelha (art. 2º, par. único), bem como estabelecia a retomada gradual das atividades públicas e privadas, observando “a vedação de aglomerações” (art. 3º, par. único, 2).

É claro, então, que naquele momento estava proibida a realização de quaisquer atividades que reunissem grande quantidade de pessoas, sem qualquer tipo de cuidado sanitário, apesar da abertura gradual da fase transitória estipulada pelos Decretos nº 65.365 de 16 de abril de 2021 e estendida até 30 de junho, nos termos do Decreto nº 65.792/21.

Destarte, como a “motociata” foi realizada no íterim temporal em que as respectivas regras estavam em pleno vigor (12 de junho de 2021), há de se concluir que o evento ocorreu em frontal violação às normas sanitárias e em prejuízo às políticas públicas adotadas para contenção de propagação de COVID no Estado.

Portanto, fica clara a configuração do ato ilícito praticado pelos requeridos, em descumprimento de deveres impostos por lei e pelas demais regras sanitárias em vigor no território estadual, sendo passível de compensação dos danos (arts. 186 e 927, CC).

b) Compatibilidade entre proteção à saúde e exercício da liberdade de expressão:

11. É importante sublinhar que a investigação instaurada e que culminou na presente ação não visa impor obstáculo ao direito de reunião e manifestação, que não foi suspenso durante a pandemia, haja vista se tratar de garantia constitucional.

O ato ilícito se configura não pela realização da manifestação em si, mas por sua ocorrência em descumprimento ostensivo de uma série de regras sanitárias e deveres legais, que devem ser observados por qualquer cidadão e em qualquer evento, independente da motivação política do ato.

Nada impede que durante reunião de pessoas, em exercício de sua liberdade de expressão, se utilizem de máscara ou mesmo mantenham distanciamento adequado entre si, preservando

tanto sua própria saúde quanto especialmente a de terceiros, em respeito às políticas públicas de contenção de disseminação da COVID-19.

O direito de reunião pacífica e sem armas, em locais abertos ao público (art. 5º, XVI, CF/88), deve ser assegurado durante a pandemia, desde que não viole o regime democrático, direitos fundamentais, o regular funcionamento das instituições políticas do Estado brasileiro, sendo, porém, exigível prévio aviso à autoridade, bem como obediência às orientações sanitárias de distanciamento social.

Novamente, a proteção à saúde e a liberdade de expressão não são excludentes, não sendo a última justificativa para realização de eventos que favoreçam a contaminação do vírus, de forma completamente irresponsável e ao arrepio da legislação e do contexto em que então vivíamos.

Portanto, o exercício da liberdade de expressão não afasta a incidência dos dispositivos supra citados, tendo em vista que não há nenhum direito absoluto e o melhor juízo de proporcionalidade aponta para a possibilidade de realização da manifestação, desde que seguidos cuidados sanitários indispensáveis ao cenário pandêmico.

c) Configuração dos danos sociais e do dever de indenizar:

12. Como já exposto, a saúde pública é direito de todos e dever do Estado e, como direito fundamental, recebe tutela pela Constituição e pela lei, sob o prisma coletivo. Ao ser violada, caracteriza-se conduta socialmente reprovável, geradora de danos sociais.

Quanto ao dano social, para além da dicotomia tradicional dano material e dano moral, muito bem expõe Antônio Junqueira de Azevedo quanto ao tema: *“é que um ato, se doloso ou gravemente culposo, ou se negativamente exemplar, não é lesivo somente ao patrimônio material ou moral da vítima, mas sim, **atinge a toda a sociedade, num rebaixamento imediato do nível de vida da população. Causa dano social.** (...) Os danos sociais, por sua vez, são lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral – principalmente a respeito da segurança – quanto por diminuição de sua qualidade de vida. Os danos sociais são causa, pois, de **indenização punitiva**, por dolo ou culpa grave, especialmente, repetimos, se atos que reduzem as condições coletivas de segurança, e de **indenização dissuasória**, se atos em geral de pessoa jurídica, que trazem uma*

diminuição do índice de qualidade de vida da população”⁸.

Em outras palavras, temos **“atos negativamente exemplares – no sentido de que sobre eles cabe dizer ‘Imagine se todas as vezes fosse assim!’ Também esses atos causam um rebaixamento do nível coletivo de vida – mais especialmente na qualidade de vida”⁹** (grifo não original).

Por outro lado, a Lei de Ação Civil Pública, conforme seu art. 1º, rege **“as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: IV- a qualquer outro interesse difuso ou coletivo”**. Nesse sentido, é clarividente a opção do legislador ao dispor da ação civil pública como instrumento de reparação de danos não patrimoniais causados à coletividade, e também ao não limitar taxativamente os interesses difusos e coletivos tutelados e que podem ser objeto de reparação.

E nem se diga que a tutela dos interesses difusos deixa de abranger os danos sociais, pois atualmente são amplamente reconhecidos pela civilística mais contemporânea, como expresso no Enunciado nº 456 da V Jornada de Direito Civil: ***“Enunciado 456: A expressão “dano” no art. 944 abrange não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os danos sociais,***

⁸ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009, p.377-384.

⁹ *Ibidem*

difusos, coletivos e individuais homogêneos a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas” (grifo não original).

A conduta dos requeridos, consistente na realização de aglomeração, durante período pandêmico, sem o uso de máscaras, em estímulo amplo e reiterado ao descumprimento coletivo das normas de distanciamento social e dos cuidados mínimos para contenção da propagação do vírus, configura, de forma patente, ilícito que justifica o dever de indenizar os danos sociais causados pelo respectivo comportamento.

Os dados do País e do Estado naquele momento eram alarmantes e estarrecedores e exigiam tanto atuação do Poder Público quanto colaboração de toda a população. As condutas contrárias a essas diretrizes presumivelmente geraram redução da qualidade de vida da população e, por isso, merecem a reparação adequada.

Ademais, o pedido é cabível e fundamental como forma de desestímulo a condutas reprováveis que impliquem propagação da COVID-19 ou de outras doenças, funcionando como forma de desencorajar o descumprimento de medidas administrativas inseridas em políticas públicas sanitárias relevantíssimas e embasadas cientificamente.

Em suma, os requeridos **agiram conjunta e orquestradamente para levar massas de pessoas às ruas, com absoluta ciência de que as medidas sanitárias em vigor naquele momento não só seriam desrespeitadas, mas, também, desafiadas e contrariadas por palavras e gestos, dando exemplo para a sociedade de um negacionismo absurdo. Como bem notou o médico Dráuzio Varella, não eram só negacionistas em ação, mas ativistas empenhados na disseminação do vírus na sociedade. Nesse contexto, a responsabilidade por danos sociais é inegável, sendo de rigor o seu reconhecimento pelo Poder Judiciário.**

13. Em relação ao seu *quantum*, alguns critérios devem ser considerados.

Antes de tudo, é relevante identificar-se o sujeito passivo da lesão, no caso, a coletividade, que teve seu direito à saúde exposto, muito além de qualquer dano individual ocasionado por mera conduta isolada.

Por um lado, o dano social tem como objetivo “*restaurar o nível social de tranquilidade diminuída pelo ato ilícito*”¹⁰

¹⁰ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009, p.377-384.

(embora insuficiente a restaurar plenamente o *status quo ante*) e, por outro, desincentivar a reiteração da prática da conduta ilícita perpetrada pelos requeridos, a fim justamente de evitar que promovam novos atos coletivos desmedidos e irresponsáveis, em prejuízo à coletividade e às políticas públicas de saúde. Nesse sentido, há de ser levado em conta também o caráter pedagógico e punitivo da indenização, no momento de sua quantificação.

Ademais, outros critérios hão de ser considerado como leciona Carlos Roberto Gonçalves: "*a situação econômica do lesado; a intensidade do sofrimento; a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa; o grau de culpa e a situação econômica do ofensor, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos*"¹¹. Apesar de se tratarem de critérios voltados ao dano moral, parece razoável sua extensão aos danos sociais, afinal também se caracterizam como danos extrapatrimoniais.

Ainda, não se pode olvidar do critério bifásico adotado jurisprudencialmente pelo Superior Tribunal de Justiça para danos extrapatrimoniais¹² e plenamente aplicável aos danos sociais, guardadas as devidas diferenças.

¹¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil*. 9. ed. v.4. São Paulo: Saraiva, 2014, p.380.

¹² Tal critério encontra-se estabelecido jurisprudencialmente e é detalhado no seguinte julgado: STJ, REsp 959.780/ES, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, julgado em 26/04/2011.

Na primeira fase, deve ser arbitrado o valor básico ou inicial da indenização, considerando-se o interesse jurídico lesado, em conformidade com precedentes jurisprudenciais da matéria, assegurando-se razoável igualdade de tratamento para casos semelhantes. No caso em questão, não havendo jurisprudência consolidada no tema, diante da pandemia ainda ser relativamente recente, levaremos em conta dados atrelados à realidade da pandemia, para melhor avaliação do bem lesado, que muito bem se relacionam às circunstâncias do presente caso.

Já, na segunda fase, levam-se em conta as circunstâncias do caso concreto ajustando-se o *quantum* às suas peculiaridades, com base em determinados critérios tais como gravidade do fato, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima (inaplicável a danos sociais, em virtude da lesão ser coletiva) e condição econômica do ofensor, procedendo-se com arbitramento equitativo.

A ofensa à saúde pública da população é inadmissível e merecedor de reparação justa e equânime. Vivíamos terrível período de pandemia, destruidora da vida da população, **enquanto os requeridos ignoraram o cenário, promovendo e participando ostensivamente de reunião de pessoas sem qualquer tipo de cuidado (distanciamento e uso de máscara facial) e, ainda, instigando e estimulando outros a seguirem a**

prática por meio de sua própria conduta.

Dito isso, tem-se que, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, **o custo médio de uma internação em leito UTI-COVID/dia é de R\$ 2.272,76.**

Assim, em se tratando de violação à saúde pública da população durante a pandemia, em que muitos permaneceram internados por causa da doença, parece valor de referência adequado se individualmente considerado.

Todavia, em segunda fase, mostra-se insuficiente por si diante das circunstâncias do caso. **A conduta dos requeridos foi ampla no sentido de se ignorar e descumprir as diretrizes sanitárias, em contexto de reiterado negacionismo, atitudes que, se replicadas ostensivamente, resultam em sério risco à integridade e à saúde da coletividade.**

O mau exemplo dos requeridos em prol da desobediência coletiva àquilo estabelecido por autoridades sanitárias e recomendado pela ciência é fator agravante. Ademais, diante da diferente medida de participação de cada requerido – alguns como organizadores e, no caso de Ricardo Salles, como representante de um Ministério importante da União, e outros como participantes e incentivadores do evento – o *quantum* também deve levar tal

medida em consideração.

Por isso, **o valor de referência deve ser multiplicado por 100 (cem) em relação a cada um dos organizadores principais do evento (Jarkson Vilar, Marcelo Bella e Tome Abduch), totalizando a quantia de R\$ 227.276,00 para cada qual deles.**

Com relação ao ex-ministro Ricardo de Aquino Salles dois fatores devem ser levados em consideração: a gravidade especial de sua participação na qualidade de ministro de Estado do Meio Ambiente e o fato de sua situação econômica ter possibilitado a compra recente de imóvel no valor de R\$ 3,1 milhões, conforme a imprensa noticiou (neste sentido, a título de exemplo, vide a matéria inserida na revista Piauí, edição 181, da lavra de João Batista Júnior, de outubro de 2021, com o título: “depois da motosserra, o jardim”).

Por tais razões, **o valor de referência com relação a Ricardo de Aquino Salles deve ser multiplicado por 200 (cem), totalizando a quantia de R\$ 454.552,00.**

Quanto aos demais requeridos, o valor deve ser multiplicado por 50 para cada um deles, posto que não foram

organizadores centrais do ato, embora tenham agido como lideranças, com forte participação no evento, totalizando a quantia de R\$ 113.638,00 para cada qual deles.

É valor adequado para, ao mesmo tempo, recompor minimamente a qualidade de vida coletiva rebaixada pelos requeridos, bem como desestimular a reiteração de suas condutas ilícitas – e até por parte de terceiros -, atendendo-se ao caráter pedagógico e punitivo dos danos sociais.

14. Portanto, com base nos parâmetros da necessidade, adequação e proporcionalidade e tendo em vista a doutrina e a jurisprudência consolidadas sobre o tema, bem como as peculiaridades do caso em análise, tem-se que o valor total pleiteado, a título de danos sociais, soma o montante total de R\$ 2.159.122,00 (dois milhões, cento e cinquenta e nove mil e cento e vinte e dois reais), a ser revertido ao Fundo de Direitos Difusos, previsto no art. 13 da Lei 7.347/85.

Os valores oriundos das condenações deverão ser encaminhados ao revertido ao Fundo de Direitos Difusos, previsto no art. 13 da Lei 7.347/85.

III - PEDIDOS

15. Por todo o exposto **requer-se a condenação dos requeridos, após o regular processamento, ao pagamento dos montantes adiante discriminados, devidamente corrigidos e atualizados, a título de danos sociais**, a serem revertido ao Fundo de Direitos Difusos, previsto no art. 13 da Lei 7.347/85, a saber:

a) **condenação de Jarkson Vilar da Silva, Marcelo Bella e Tomé Adduch na quantia de R\$ 227.276,00 para cada um deles;**

b) **condenação de Ricardo de Aquino Salles na quantia de R\$ 454.552,00;**

c) **condenação de Estevam Hernandes Filho, Renata Vaz Quesada Vilar da Silva, Max Guilherme Machado de Moura, Mosart Aragão Pereira, Waldir Luiz Ferraz, Carlos Alberto Maciel Romagnoli, Luiz Fernando Valente da Silva, Adriana Mangabeira Wanderley e Lucas Moura de Oliveira na quantia de R\$ 113.638,00 para cada um deles.**

16. No mais, requer-se:

A) A citação e intimação dos requeridos para integrarem a relação processual, e contestar a presente ação, que

deverá seguir o rito comum, sob pena de revelia, até final
Sentença e seu trânsito em julgado

B) A produção de todas as provas em direito
admitidas.

C) A dispensa do recolhimento ou adiantamento
de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras
despesas, bem como de condenação em honorários, nos termos
do art. 18 da Lei nº 7.347/85

Atribui-se à causa o valor de R\$ 2.159.122,00.

Termos em que,

Pede deferimento

São Paulo, 10 de janeiro de 2022

Arthur Pinto Filho

Promotor de Justiça